



Diogo Teixeira Dias
djteixeiradias@gmail.com

Sem reservas sobre a Reserva - Museu Carlos Machado

Lidas e ouvidas as notícias de quinta-feira, deparámo-nos com considerandos de moradores tardiamente preocupados – e não certamente menos esclarecidos – relativamente ao louvável projeto de ampliação do Núcleo de Santo André, do Museu Carlos Machado, e que implica a criação de uma visionária reserva subterrânea. Visionária no contexto insular, visto que no europeu prolifera, e bem, o modelo da reserva museológica abaixo do solo.

Uma reserva museológica subterrânea, em qualquer parte do mundo, e mesmo inserida em geomorfologias recentes, como é o caso do solo vulcânico de S. Miguel, garante uma estabilidade de humidade e temperatura, permitindo, a médio e longo prazo, uma minoração de custos. Descartam-se, por inerência, climatizações e gestões de fatores naturais degradantes do património cultural, como é a humidade e a luminosidade. Por outras palavras, debaixo de terra, e com recurso exclusivo a ventilação, é consideravelmente mais fácil controlar a temperatura, a luz e a humidade, que dificultam a conservação preventiva dos bens museológicos. Isto é ponto assente. Cientificamente comprovável e comprovado. Além disso, com uma extensa envergadura de arquétipos por esse mundo fora. A

reserva museológica do Louvre é subterrânea.

Ora, claro, o projeto, sendo o ideal, não é perfeito. O que se observa como um senão é a ausência de continuidade espacial entre a reserva e os locais de exposição, que permitisse resguardar, no processo de transição, os objetos perante as condições adversas à sua preservação. No entanto, é uma fragilidade inevitável, tendo em conta que o Museu Carlos Machado é composto por três polos distanciados. Mesmo que existisse só o Núcleo de Santo André, a hipotética conceção de um túnel de ligação da reserva à área de exposição seria impraticável – aí sim – por questões de salvaguarda estrutural do edifício conventual e respetivas fundações.

Quanto à questão do jardim: a intervenção irá finalmente garantir o acesso ao espaço pelos utentes de mobilidade reduzida e repor a o solo de implantação arbórea à sua cota original (anterior à intervenção de meados do séc. XX). Pode parecer inócuo, mas a verdade é que esta regularização permitirá preservar as raízes das árvores que se apresentam atualmente expostas.

Além do mais, a escavação realizar-se-á à distância de cerca de 1m do muro exterior, permitindo que se mantenha, evitando demolições desnecessárias e promovendo naturalmente um

perímetro de segurança para a execução da empreitada.

A solução alternativa de criação de uma estrutura em positivo, ou da requalificação de um edifício governamental, pode eventualmente diminuir custos a curto prazo, mas aumentá-los-á a longo prazo. Portanto, não é sequer uma solução financeiramente sóbria.

Espanta-nos que, sendo um projeto já em curso desde 2015, com apresentações e discussões públicas desde essa data, com uma publicação assertiva e sucinta em vários periódicos de divulgação pública, como a *Cultura Açores* nº5 (2016), os moradores, ou os seus alegados representantes, só agora venham manifestar o desacordo, a uns dias do início da empreitada, justificando a tardia atenção pela expectativa de que o Governo Regional eventualmente não assumisse o compromisso. Porquê tanto e tão vincado manifesto e tentativa de rutura? E por que razão agora?

Para a frente com a obra. O tempo de levantar barreiras já passou. Ganha o Museu, ganha Ponta Delgada, ganha a ilha, ganham os Açores, ganha o Património Cultural, que tem de deixar de ser uma coutada de interesses pouco claros e arena de antagonismos pessoais.

33º colóquio da lusofonia adiado para Julho

A Comissão Organizadora do 33º colóquio da lusofonia, previsto para 1 a 5 de Abril 2020, decidiu, após aturado debate e deliberação, como medida de proteção profilática adiar o evento para 9 a 13 de Julho.

De acordo com uma nota enviada às redacções, o programa e horário manter-se-ão inalterados, para já, mudando de Abril para Julho.

A organização pede desculpa pelo inconveniente causado, mas entende que atendendo ao elevado número de congressistas nos grupos de risco do COVID-19, considerou que esta era melhor solução evitando-se assim o cancelamento do evento.

“Lamenta-se esta decisão, mas a saúde de quem mantém estes colóquios é mais importante do que qualquer outra consideração”, lê-se na mesma nota da Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia.



Paulo Moniz defende criação de controlo fronteiriço nas Flores

O deputado do PSD/Açores na Assembleia da República Paulo Moniz liderou a representação nacional que, durante dois dias, participou na Conferência Interparlamentar sobre Política Externa de Segurança Comum e Política Comum de Segurança e Defesa, que decorreu em Zagreb, na Croácia, onde entre outros assuntos, defendeu a criação de um controlo fronteiriço na ilha das Flores.

“A ilha das Flores recebe cerca de 150 iates por ano, muitos deles de proveniência extracomunitária, como a América do Sul e África, e não tem qualquer controlo fronteiriço. É uma brecha na segurança da União Europeia, pois uma vez entrado na ilha das Flores, qualquer cidadão extracomunitário pode facilmente entrar em todo o espaço europeu”, afirmou.

O parlamentar açoriano salientou que o controlo fronteiriço é “fundamental, não só por questões de segurança, mas também de saúde pública”.

“Agora que se fala muito nas ameaças globais a nível sanitário, é de crucial importância existir um controlo fronteiriço na ilha das Flores”, sublinhou.

Paulo Moniz propôs que, devido à inexistência de um posto do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) nas Flores, o controlo fronteiriço “seja efectuada pela Guarda Nacional Republicana



(GNR), que possui meios humanos e materiais na ilha”.

“Esse controlo fronteiriço pode perfeitamente ser efectuado pela GNR, através do estabelecimento de um acordo a celebrar com o SEF, até porque ambas as forças de segurança são tuteladas pelo mesmo ministério”, considerou.

Segundo o deputado do PSD/Açores na Assembleia da República, em causa estão “aspectos fundamentais” relativos à segurança das populações, nomeadamente a salvaguarda da saúde pública,

o controlo fitossanitário e o reforço da segurança na entrada no Espaço Schengen.

A Conferência realizou-se no âmbito da presidência croata da União Europeia, tendo estado representados membros dos parlamentos nacionais de todo o espaço comunitário.

O evento é organizado duas vezes por ano pelo parlamento do Estado-Membro que exerce a presidência rotativa do Conselho da União Europeia, em estreita cooperação com o Parlamento Europeu.